



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº ____ DE 2024
(Da Sra. SÂMIA BOMFIM)

Apresentação: 14/03/2024 18:40:18 - CLP

REQ n.12/2024

Requer a realização de Audiência Pública para debater as violações de direitos humanos cometidas contra policiais militares dentro das corporações e a relação de tais violações com a violência policial contra os setores mais pobres e desprotegidos da população.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública para debater as violações de direitos humanos cometidas contra policiais militares dentro das corporações e a relação de tais violações com a violência policial contra os setores mais pobres e desprotegidos da população, com a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Vinicius Souza, Capitão da Polícia Militar do Espírito Santo;
2. Sr. Luiz Fernando Passinho da Silva, Cabo da Polícia Militar do Pará;
3. Sr. Fábio França, Capitão da Polícia Militar da Paraíba;
4. Sr. Fabrício Rosa, Policial Rodoviário Federal;
5. Sr. Ederson de Oliveira Rodrigues, soldado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul;
6. Sr. José Maria de Almeida, Presidente Nacional do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado;



Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.

E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249821711300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



* C D 2 4 9 8 2 1 7 1 1 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

7. Sra. Silvia Souza, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Nacional;
8. Sr. Claudio Aparecido da Silva, Ouvidor das Polícias do Estado de São Paulo.

Apresentação: 14/03/2024 18:40:18 - CLP

REQ n.12/2024

JUSTIFICAÇÃO

Dados do recentíssimo Relatório Mundial sobre Direitos Humanos¹ produzido pela organização não governamental Human Rights Watch (HRW) causa-nos grande preocupação ao comprovar que, desde 2018, a violência policial cresce no Brasil.

Com base nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Human Rights Watch destaca que, em 2022, 6,4 mil pessoas foram mortas por policiais em serviço e de folga no país, sendo 80% dessas vítimas pessoas negras.

“Em São Paulo, após uma queda de 59% em dois anos, foi registrado um aumento em 2023. De janeiro a setembro do ano passado, o número de pessoas mortas por policiais em serviço aumentou 45%”, diz trecho do Relatório em seu capítulo intitulado “Segurança Pública e Conduta Policial”.

Na Baixada Santista, a chamada Operação Escudo é destacada na publicação da organização. Em 40 dias de ação, 28 pessoas foram mortas pela polícia em Guarujá e Santos, no litoral do estado. As intervenções na região foram uma reação do governo estadual ao assassinato do policial militar Patrick Bastos, que fazia parte das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota), no final de julho de 2023.

Na operação, a HRW identificou problemas que dificultam o controle da atividade policial no país. De acordo com o diretor do escritório da ONG no Brasil, César Muñoz, foram detectadas falhas muito importantes na investigação, especialmente no que diz respeito à qualidade das perícias.

¹ Vide <https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/brazil> Acessado em 14/03/2024.



Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.

E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249821711300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



* C D 2 4 9 8 2 1 7 1 1 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

Sabe-se, ainda, que esse problema não é de fácil resolução, sendo necessária e urgente a criação de uma política nacional focada em diminuir o número de mortes causadas pela polícia, ainda que a letalidade seja um problema mais concentrado nas polícias estaduais.

Por outro lado, estudos desenvolvidos por especialistas e defensores dos direitos humanos mostram que há uma nítida relação entre a estrutura militarizada das Polícias Militares – e respectivos abusos e arbitrariedades cometidos contra os direitos humanos dos servidores públicos que trabalham nessas instituições –, e a violência praticada contra as populações mais desprotegidas da sociedade oriunda das ações das forças policiais.

Por se tratar de assunto de relevante interesse no âmbito da Câmara dos Deputados e, especificamente, desta Comissão temática, contamos com o apoio das e dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 14 de março de 2024.

Deputada SÂMIA BOMFIM
PSOL/SP

